



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO**  
**GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**  
**PE-RP – GM-RIO Nº14/2019**

**1. INTRODUÇÃO**

1.1 – A **GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO-GM-RIO**, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo menor preço **POR ITEM**, para **REGISTRO DE PREÇOS** para **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS AGENTES DA GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - GM-RIO**, pertencentes às classes **8440, 8465, 8430, 8405 e 8415**, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante deste Edital na forma da lei.

1.2 – A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral das Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, pelos Decretos Municipais nº 23.957/04 e 30.538/09, pela Lei Complementar Federal nº 123/06 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei nº 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº 111/11 – Plano Diretor e de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, e pelos Decretos Municipais nº 19.810/01, 27.715/07 e 31.349/09, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3 – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema COMPRASNET, disponibilizado e processado no



endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>, mantido pelo Governo Federal, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 5.450/05, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

1.4 – As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.5 – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art. 387 do RGCAF c/c o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

1.6 – As licitantes interessadas poderão obter o presente Edital e seus anexos no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>, podendo, alternativamente, obtê-lo em meio magnético ou adquiri-lo em via impressa, mediante o pagamento da reprodução gráfica do Edital e seus anexos.

1.6.1 – O pagamento referido acima deverá ser feito por depósito em espécie na conta corrente nº 298.812-7, da agência 2234-9, do Banco do Brasil S.A, de titularidade da GM-RIO, durante o horário de atendimento bancário. Neste caso, quando da retirada do Edital, a empresa deverá apresentar cópia do recibo bancário constando a sua denominação ou razão social, o seu número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ e o número deste Edital.

1.7 – Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos até 4 (quatro) dias úteis antes da abertura da sessão, por escrito, no seguinte correio eletrônico [pregoeiro.gmrrio@gmail.com](mailto:pregoeiro.gmrrio@gmail.com).

1.7.1 – Caberá ao Pregoeiro e à sua Equipe de Apoio responder aos pedidos de esclarecimentos de até 3 (três) dias úteis antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados, observado o disposto no item 1.3.



1.8 – Os interessados poderão formular impugnações ao edital até 2 (dois) dias úteis antes da abertura da sessão, no seguinte correio eletrônico [pregoeiro.gmrio@gmail.com](mailto:pregoeiro.gmrio@gmail.com).

1.8.1 – Caberá à AUTORIDADE SUPERIOR, auxiliada pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, decidir sobre a impugnação até 1 (um) dia útil, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados, observado o disposto no item 1.3.

1.9 – A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada nos prazos indicados nos itens 1.7.1. ou 1.8.1., conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

## **2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO**

2.1 – Autorização da Ilma. Sra. Inspectora Geral da Guarda Municipal do Rio de Janeiro (conforme art. 252 do CAF), constante do Processo Administrativo nº 01/705.495/2018 de 09/10/2018, publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO de 08/11/2018.

## **3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO**

3.1 – No dia 24 de janeiro de 2019, às 10h, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP – GM-RIO Nº 14/2018**, no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

3.2 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.



#### **4. OBJETO**

4.1 – O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS** para **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS AGENTES DA GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - GM-RIO**, conforme as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I.

4.2 - Em caso de discordância entre as especificações deste objeto descritos no COMPRASNET e as especificações constantes deste edital, prevalecerão às últimas.

#### **5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1 – Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta de dotação orçamentária própria.

#### **GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO**

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 3931.06.181.0510456.4

**CÓDIGO DE DESPESA:** 33.90.30.04

**FONTE DE RECURSO:** 100

5.2 – O demonstrativo contendo a estimativa prevista encontra-se no Anexo I, totalizando a importância de **R\$ 538.000,00 (quinhentos e trinta e oito mil reais)**

#### **6. TIPO DE LICITAÇÃO**

6.1 – A presente licitação é do tipo menor preço **POR ITEM**.

#### **7. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1 – O registro de preços será formalizado pela Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo II.

7.2 – Serão celebradas tantas Atas de Registro de Preços quantas necessárias para o objeto deste pregão.



7.3 – As Atas de Registro de Preços vigorarão pelo prazo de *12 (doze) meses*, a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO.

## **8. PRAZOS**

8.1 – A contratação vigorará a partir da retirada da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente até *30 (trinta) dias sucessivos*.

8.2 – O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

8.3 – A entrega dos bens que são objeto do presente Edital deverá ocorrer no prazo e nas condições previstas no Termo de Referência ou em documento próprio de autorização de fornecimento a ser expedido pelo setor competente da GM-RIO.

8.4 – O prazo de garantia convencional por conta da CONTRATADA será de *12 (doze) meses* a contar do recebimento, na forma do Termo de Referência, sem prejuízo da garantia legal de adequação do produto.

8.5 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da licitação.

8.6 – Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

## **9. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

9.1 – Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado junto ao Provedor do Sistema, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (<http://www.comprasgovernamentais.gov.br>)

9.2 – Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de



habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

9.3 – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos bens que cotar.

9.4 – A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

9.5 – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

9.6 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

9.7 – Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta.

9.8 – Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

9.9 – Não será permitida a participação em consórcio.

9.10 – As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à prévia aprovação da CONTRATANTE para verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser rescindindo em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.



9.11 – Não será permitida a participação na licitação de mais de uma sociedade sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

9.12 – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

9.13 – Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do projeto relacionado ao objeto desta licitação, bem como aquela cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

## **10. CREDENCIAMENTO**

10.1 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

10.1.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema COMPRASNET.

10.1.2 – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

10.1.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

10.1.4 – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por



representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou à GM-RIO, promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

10.1.5 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

## **11. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO**

11.1 – As propostas de preço deverão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, por intermédio do endereço <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 3.1, devendo as licitantes, para formulá-las, manifestarem, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, constantes do Edital.

11.1.1 – As propostas de preço serão ofertadas com base no preço **por item** do objeto licitado.

11.2 – As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 3.1.

11.3 – No preço proposto serão computadas todas as despesas para a entrega dos bens, incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

11.4 – Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital.





Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os bens.

11.5 – A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pelo Pregoeiro.

11.6 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A GM-RIO, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

11.7 – Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11.8 – A licitante que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pelo Decreto Municipal n.º 31.349/09 e pela Lei Complementar Federal n.º 123/06, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu artigo 3º, sob as penas da lei, em especial do artigo 299, do Código Penal.

11.8.1 – A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06.

11.8.2 – A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

## **12. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**



12.1 – No dia e horário previstos no item 3.1, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória em ordem crescente de preços.

12.2 – A análise das propostas pelo Pregoeiro visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, e, uma vez consideradas com elas compatíveis, serão classificadas, iniciando-se a etapa de lances da qual todos os interessados classificados poderão participar.

12.3 – Serão desclassificadas as propostas, sem prejuízo do disposto no item 13.7:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;
- d) que não tenha indicado a marca dos produtos cotados.

12.3.1 – A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro.

12.4 – Após a análise das propostas de preço será divulgada nova grade ordenatória pelo sistema contendo a relação com as propostas classificadas e aquelas desclassificadas mediante decisão motivada do Pregoeiro.

12.5 – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de lances.

12.6 – A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.

12.7 – Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.



12.8 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

12.8.1 – Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pela licitante e registrado no sistema.

12.8.2 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.8.3 – Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

12.8.4 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 23 deste edital.

12.8.5 – A etapa de lances será encerrada por decisão do Pregoeiro.

12.9 – O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o qual transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

### 13. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

13.1 – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do menor preço **por item**, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances do pregão eletrônico, tenha apresentado lances cujos valores sejam iguais ou inferiores aos previstos *para cada item* no Termo de Referência (Anexo I).

13.1.1 - Caso não venham a ser ofertados lances, será considerada vencedora a licitante que, ao final da etapa de lances do pregão eletrônico, tenha apresentado propostas cujos valores sejam iguais ou inferiores aos previstos **para cada item** no Termo de Referência (Anexo I).



13.2 – Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte em relação àquelas empresas que não detenham essa condição.

13.2.1 – Apenas após a classificação das propostas, as licitantes que se enquadrem como microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, poderão manifestar esta condição, sendo proibido, sob pena de exclusão deste procedimento, identificarem-se como tal antes do momento determinado neste subitem.

13.2.2 – Serão consideradas em situação de empate as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela mais bem classificada.

13.2.3 – Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela até então considerada a melhor oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

b) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada apresente proposta de preço inferior, esta será considerada a melhor oferta;

c) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresente proposta de preço inferior, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, para o exercício de igual direito;

d) No caso de equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, será convocada para apresentar melhor oferta aquela que tenha tido o seu último lance recebido e registrado em primeiro lugar.



13.2.4 – Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ter sua proposta considerada a mais bem classificada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada do certame.

13.2.5 - Somente haverá aplicação do disposto nos itens acima quando a proposta originalmente mais bem classificada do certame não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

13.3 – Inexistindo proposta de microempresas ou empresas de pequeno porte em situação de empate, conforme previsto no item 13.2, serão observadas, quanto às demais propostas em situação de empate, as preferências dispostas no artigo 3º e respectivos parágrafos da Lei nº 8.666/93.

13.4 - Persistindo o empate entre as propostas ou os lances mencionados no item anterior, observadas as preferências de contratação asseguradas na legislação, far-se-á o desempate por ordem de cadastramento no sistema, sendo dada preferência à proposta ou ao lance que primeiro tenha sido cadastrado no sistema.

13.5 – Após o encerramento das etapas anteriores, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital.

13.6 – O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação da proposta ou do lance de menor valor.

13.7 – O Pregoeiro desclassificará:

I – As propostas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste Edital;



II – As propostas com preço excessivo, consideradas como tais as que excederem em 10% (dez por cento) ao valor do orçamento estimado;

III – Consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço, as propostas cujos valores sejam inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado.

13.8 – Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, poderão averiguar se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado.

13.9 – A GM-RIO poderá requisitar, a qualquer momento, amostras do bens objeto da presente licitação, na forma do Termo de Referência.

13.9.1 – Durante a licitação, em caso de divergência entre as referidas amostras e as especificações do Termo de Referência, as propostas serão desclassificadas.

13.10 – Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro poderá fixar às licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas, corrigida das causas de sua desclassificação.

13.11 – Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de menor valor, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.

b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor, por meio de consulta *on line* ao



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 14 deste edital;

c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 14 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;

c.1). Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

d) A licitante deverá remeter sua documentação de habilitação em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, somente quando solicitada a fazê-lo pelo Pregoeiro. A remessa deverá ser realizada através do Sistema COMPRASNET.

e) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências para confirmar a regularidade da licitante quanto às condições de habilitação, indicando desde logo a data e hora em que a sessão será reaberta.

f) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

13.12 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.



13.13 – Na hipótese de inabilitação de todas as licitantes, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, corrigida das causas de suas inabilitações.

13.14 – Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

13.15 – Encerrada a sessão pública, a licitante declarada vencedora deverá apresentar, a GM-RIO, a documentação de habilitação antes encaminhada por meio do Sistema COMPRASNET em via física, no prazo de 2 (dois) dias úteis. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada em ambos os lados, frente e verso, se este último contiver notações ou outras informações relevantes, rubricados pelo representante legal da licitante, em qualquer caso, e acompanhados das respectivas certidões de publicação no órgão da imprensa oficial, quando for o caso. As folhas da documentação serão numeradas em ordem crescente e não poderão conter rasuras ou entrelinhas. Na hipótese de falta de numeração, numeração equivocada ou ainda inexistência de rubrica do representante legal nas folhas de documentação, poderá o Pregoeiro solicitar ao representante da empresa, devidamente identificado e que tenha poderes para tanto, que sane a incorreção. Somente a falta de representante legal ou a recusa do mesmo em atender ao solicitado é causa suficiente para inabilitação da licitante.

#### **14. HABILITAÇÃO**

14.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 13.11 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
- (C) Documentação relativa à regularidade fiscal;
- (D) Documentação relativa à regularidade trabalhista;





(E) Documentação relativa à qualificação técnica.

14.1.1 – Além da documentação de habilitação, as licitantes deverão apresentar declaração dos itens para os quais oferecerá proposta.

14.2 - Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

14.3 – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

14.3.1 - Ficam excluídos da validade de 90 (noventa) dias os atestados técnicos, na forma do inciso I do §1º do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **(A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA**

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante



termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(A.8) Declaração formal de que atende às disposições do artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e do artigo 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/01, na forma do Anexo V.

## **(B) – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar:

(B.1.a) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1 (um). Será considerado como Índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

(B.1.b) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1 (um). Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.



## **PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

**IE = -----**

### **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(B.1.1) – A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

(B.1.2). Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1). Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado de sua sede e jornais de grande circulação;

(B.1.2.2). Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

(B.1.2.2.1). Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, esta deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a *10% (dez por cento)*, do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.



(B.3) Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. Para as licitantes sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Registro de Distribuição e pelos 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas.

(B.3.1). As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

(B.4) Os índices de liquidez exigidos em (B.1.a) e (B.1.b) visam avaliar a capacidade da empresa licitante honrar suas obrigações financeiras até o final da vigência da Ata de Registro de Preços.

### **(C) – REGULARIDADE FISCAL**

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e



certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.3.c.1.) No caso de licitante domiciliada no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto Predial e Territorial Urbano. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

(C.4) - No caso de licitante domiciliada em outro município, mas que possua filial ou escritório no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.

(C.5) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS.

(C.6). As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

(C.6.a). Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado



o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(C.6.b) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

(C.6.c) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **(D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE TRABALHISTA**

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do **Anexo IV**, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no Decreto Municipal nº 23.445/03.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

#### **(E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

(E.1) Prova de aptidão da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

(E.2). Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

(E.3). Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentadas pelas licitantes, desde que os mesmos sejam tecnicamente pertinentes e



compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

(E.4) Os atestados ou certidões recebidos estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 90, 101 e 102, da Lei Federal nº 8.666/93.

## **15. RECURSOS**

15.1 – Divulgada a vencedora, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em campo próprio do sistema, no prazo nele estabelecido.

15.2 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

15.3 – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.4 – A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

15.5 – A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

15.6 – Os recursos serão dirigidos o Pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que preferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.



15.7 – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.8 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

15.9 – No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **16. CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO**

16.1 – As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

16.2 – Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

16.2.1 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

16.3 – A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados

16.3.1 – Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa, sendo reiniciada após





comunicação aos participantes no próprio endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

## **17. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

17.1 – Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

17.1.1 – A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação das aquisições obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

17.1.2. – A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame licitatório, limitado ao quantitativo máximo previsto na Ata, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantajosidade financeira para ambos.

17.2 – A CONTRATANTE formalizará seu pedido de fornecimento por meio de contrato ou instrumento equivalente.

17.3 – A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas beneficiárias do registro, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

17.4 – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento dos bens, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e da própria Ata de Registro de Preços (Anexo II).

17.5 – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.



17.6 – O Órgão Gerenciador acompanhará a evolução das condições de mercado dos preços registrados.

17.7 – Os preços registrados serão considerados compatíveis com os de mercado se forem iguais ou inferiores à média daqueles apurada em pesquisa.

17.8 – Sendo o preço registrado na Ata de Registro de Preços superior à média de preços do mercado, o Órgão Gerenciador solicitará, mediante correspondência, novas propostas de preço às empresas beneficiárias do registro.

17.9 – Caso os novos preços propostos permaneçam superiores à média dos preços de mercado apurada em pesquisa, o fato será registrado nos autos do processo, promovendo-se a contratação da aquisição por meio de nova licitação, assegurada às empresas beneficiárias do registro a preferência na contratação quando o menor preço obtido no certame for igual ao registrado.

17.10 – Caso os preços registrados e os obtidos em nova licitação permaneçam superiores à média de preços de mercado apurada em pesquisa, poderá ser feita a contratação direta, com dispensa de licitação, nos termos do art. 24, inciso VII, da Lei Federal nº 8.666/93.

## **18. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

18.1 – As Atas de Registro de Preço serão firmadas entre a GM-RIO e as licitantes vencedoras.

18.2 – As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.

18.3 – A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se a GM-RIO o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.



18.4 – As licitantes remanescentes convocados na forma do item 18.3, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades mencionadas no item 23.

## **19. CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO**

19.1 – A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem empresas registradas e, por iniciativa da Administração, quando determinado pelo interesse público;

19.2 – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

19.2.1 – Por iniciativa da Administração:

a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de fornecimento de bens no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

c) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar incompatível com aqueles praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

19.2.2 – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

## **20. CONTRATAÇÃO**

20.1 – Integram o instrumento substitutivo do termo de contrato, independentemente de transcrição, as prerrogativas constantes no art. 58, da Lei Federal n.º 8.666/93.



20.2 – O fornecimento dos bens que tiverem seus preços registrados na Ata de Registro de Preços será solicitado pela CONTRATANTE mediante convocação da ADJUDICATÁRIA, através de publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO ou de comunicação formal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente.

20.3 – A ADJUDICATÁRIA deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido do respectivo instrumento de procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

20.4 – Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar o Contrato ou de retirar o instrumento equivalente no prazo assinalado, poderá o Pregoeiro, independentemente da aplicação das sanções administrativas à faltosa, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

20.5 – A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

20.6 – A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos bens que são objeto desta licitação, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo setor da CONTRATANTE responsável pela fiscalização da execução do contrato. A ocorrência de desconformidade implicará a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Termo de Referência que integra este Edital, sem ônus para a CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



20.7 – A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

20.8 – O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos bens fornecidos.

20.9 – A licitante vencedora, sem ônus para a CONTRATANTE, compromete-se a:

a) atender às solicitações da CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir de seu recebimento;

b) substituir quaisquer materiais defeituosos ou qualitativamente inferiores em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas da solicitação, sendo que o não cumprimento sem motivo justo implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital e seus anexos.

20.10 A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá à Diretoria Financeira e Administrativa da GM-RIO por meio da Coordenadoria de Administração.

## **21. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

21.1 – Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da CONTRATANTE e obedecido o disposto na legislação.



21.1.1 – O pagamento será efetuado à CONTRATADA, mediante apresentação de Nota Fiscal, Fatura ou Duplicata, devidamente atestada pela Fiscalização.

21.2 – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da CONTRATANTE e a data do efetivo pagamento.

21.3 – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da CONTRATANTE.

21.4 – O pagamento será efetuado à CONTRATADA através de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pela CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

## **22. REAJUSTE**

22.1 – Não será admitido reajuste, de acordo com os arts. 1º e 2º do Decreto Municipal nº 43612 de 06 de setembro de 2017.

## **23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

23.1 – A recusa das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços e das empresas beneficiárias em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 20.4, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 23.2.

23.2 – Pelo descumprimento total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, o Órgão Gerenciador e a CONTRATANTE, respectivamente, poderão, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar



as seguintes sanções, previstas nos artigos 7º da Lei Federal nº 10.520/02 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 589 do RGCAF:

- a) Advertência;
- b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato;
- c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso, e, respectivamente, nas hipóteses de descumprimento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

23.3 – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, nos casos das alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 23.2, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e no caso da alínea “e” do item 23.2, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

23.4 – As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do item 23.2 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c” do item 23.2, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

23.5 – A sanção prevista na alínea “e” do item 23.2 poderá também ser aplicada às licitantes que, em outras licitações e/ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

- (a) Sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- (b) praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;



(c) demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

23.6 – As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do item 23.2 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

23.7 – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

23.8 – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

## **24. FORO**

24.1 – Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

## **25. DISPOSIÇÕES FINAIS**

25.1 – Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

25.2 – Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na GM-RIO.





25.3 – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

25.4 – No período de vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração terá a faculdade de contratar ou não o fornecimento dos bens.

25.5 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

25.6 – Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Minuta de Ata de Registro de Preços
Anexo III	Minuta da Ordem de Fornecimento de Materiais
Anexo IV	Declaração ref. ao Decreto Municipal nº 23.445/03
Anexo V	Declaração ref. ao artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e artigo 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/01
Anexo VI	Modelo de Proposta de Preços
Anexo VII	Logomarca do FEOP

26.7 – Este Edital contém 86 (oitenta e seis) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2019.

---

Vagner Rodrigues Chrispim  
Matrícula 632.691-2/850.394-8



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

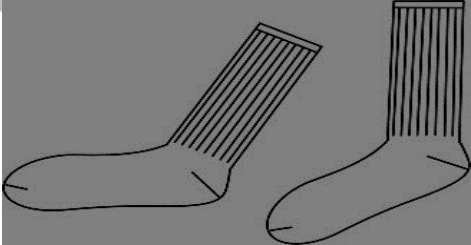
**1.1- REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS AGENTES DA GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - GM-RIO**

**2. JUSTIFICATIVA**

2.1 - Suprir as futuras demandas de consumo e eventuais reposição de estoque do almoxarifado pelo período de 12 (doze) meses, por serem materiais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades realizadas na Guarda Municipal do Rio de Janeiro – GM-RIO.

2.2 - O uso do Sistema de Registro de Preços se justifica pela necessidade frequente de fornecimento dos materiais discriminados nos itens deste Termo, uma vez não ser possível definir previamente o quantitativo demandado pela GM-RIO, situações estas que se enquadram nas hipóteses previstas no art. 3º do Decreto 23.957/2004.

**3. ESTIMATIVA DE VALORES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES A SEREM FORNECIDAS:**

<b>ITEM:1</b>			
<b>Nome Padronizado:</b> Meia preta.		<b>Descrição Detalhada:</b> Meia preta, em algodão, tamanho único.	
			
		<b>Preço Unitário:</b>	R\$ 8,00
<b>Código de Material:</b> 8440.00.057-87	<b>Quantidade:</b>	1.000	<b>U/C</b> Par
<b>Valor total do item:</b> R\$ 8.000,00 (oito mil reais)			
<b>ITEM:2</b>			

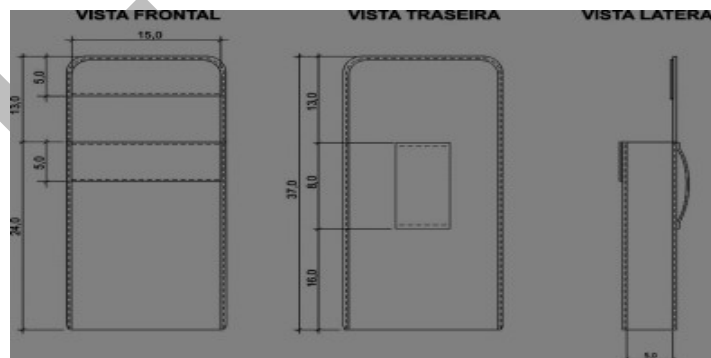


<b>Nome Padronizado:</b> Porta-talão preto.	<b>Descrição Detalhada:</b> Conforme descrito, caracterizado e especificado abaixo.		
	<b>Preço Unitário:</b>	R\$ 29,50	
<b>Código de Material:</b> 8465.00.011-34	<b>Quantidade:</b> 1.000	<b>U/C</b>	Unidade
<b>Valor total do item:</b> R\$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais)			

### DESCRIÇÃO DETALHADA: PORTA-TALÃO PRETO

- Cor preta.
- Confeccionada em tecido “duratan 60” ou similar.
- Formato retangular, com cantos arredondados e viés, na cor preta de 3,0cm de largura em toda extensão.
- Parte da frente, medindo 24,0cm de altura total por 15,0cm de largura, tendo na parte externa o macho do fecho de contato (velcro), medindo 15,0cm de comprimento por 5,0cm de largura, na mesma cor do tecido.
- Lateral, da mesma cor do tecido, medindo 24,0cm de altura por 5,0cm de largura.
- Parte de trás, medindo 37,0cm de altura total por 15,0cm de largura, sendo 13,0cm de altura da portinhola, tendo ainda, na parte interna da extremidade da portinhola a fêmea do fecho de contato (velcro), medindo 15,0cm de comprimento por 5,0cm de largura, na mesma cor do tecido e na parte externa uma tira de náilon de 8,0cm de altura por 5,0cm de largura, para fixação no cinto de guarnição.

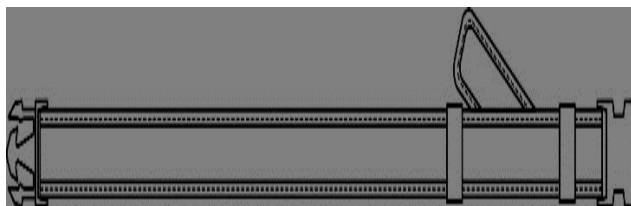
### PORTA-TALÃO PRETO





**ITEM:3**

**Nome Padronizado:** Cinto de guarnição preto.



**Descrição Detalhada:** Cinto de guarnição preto.

- Cor preta.
- Confeccionado em nylon.
- Peça inteiriça, sem perfurações, medindo com 5,0cm de largura, tendo em toda extensão viés do mesmo material, com 3,0 cm de largura, e ainda na extremidade do lado direito (para quem usa) a fêmea da fivela em plástico, medindo 6,0 cm de comprimento por 5,5 de largura, e ao final da outra extremidade o macho preso pelo próprio cinto, que na parte interna possui um fecho de contato (velcro) de 18,0cm de comprimento por 2,5cm de largura, na cor branca;
- Dois passadores do mesmo material, na cor branca, medindo 14,0cm de comprimento e 2,0cm de largura, tendo para seu fechamento um botão de pressão, de 1,2cm de diâmetro, em metal prateado.

**Preço Unitário:** R\$ 29,00

**Código de Material:** 8440.00.053-53

**Quantidade:** 1.000 **U/C** Unidade

**Valor total do item:** R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais)

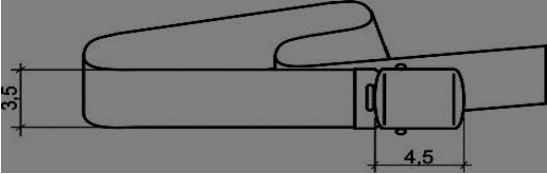
**ITEM:4**

**Nome Padronizado:** Cinto de nylon preto.

**Descrição Detalhada:** Cinto de nylon preto.

- Cor preta.
- Confeccionado em nylon.
- Com fivela em metal latonado, com acabamento dourado, medindo 5,5cm de comprimento total por 3,5cm de largura, tendo em uma das extremidades ponteira



	de chapa dourada, dobrada medindo 1,0cm de comprimento por 3,5cm de largura, e na outra extremidade, uma fivela em metal latonado dourado, com acabamento dourado, uma chapa medindo com 4,5cm de comprimento por 3,5cm de largura, tendo internamente, um pino correção para ajuste.
	<b>Preço Unitário:</b> R\$ 11,50
<b>Código de Material:</b> 8440.00.021-76	<b>Quantidade:</b> 1.000 <b>U/C</b> Unidade
<b>Valor total do item:</b> R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais)	

ITEM:5			
<b>Nome Padronizado:</b> Borzeguim preto.	<b>Descrição Detalhada:</b> Conforme descrito, caracterizado e especificado abaixo.		
	<b>Preço Unitário:</b>	R\$ 120,00	
<b>Código de Material:</b> 8430.00.697-24	<b>Quantidade:</b>	1.000	<b>U/C</b> Par
<b>Valor total do item:</b> R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)			

**DESCRIÇÃO DETALHADA:  
BORZEGUIM PRETO**

- Cor preta.
- Confeccionado em couro hidrofugado espessura 18/20 linhas tingimento atravessado, estampa pólvora com brilho internamente em tecido poliamida em engenharia 3D para absorção e rápida dissipação de suor, com acolchoamento na parte superior do cano em couro vestuário 7/9 linhas, com (cinco) pares de ilhoses de sendo o último par superior em gancho, atacador alma plástica, biqueira plástica, contrata forte termoplástico 1,5 à 1,7 mm, palmilha de montagem em não tecido com 1,5 à 1,7mm espessura dublado com EVA 2,5mm estrobelado no cabedal, solado (unis sola) em borracha sbr com abrasão máxima de 160 com sistema de absorção de impacto no calcanhar ( amortecedor) colado no cabedal e blaquiado em todo o seu contorno lateral inclusive na biqueira OBSD.O antiderrapante do solado com tratamento para frente e para trás.



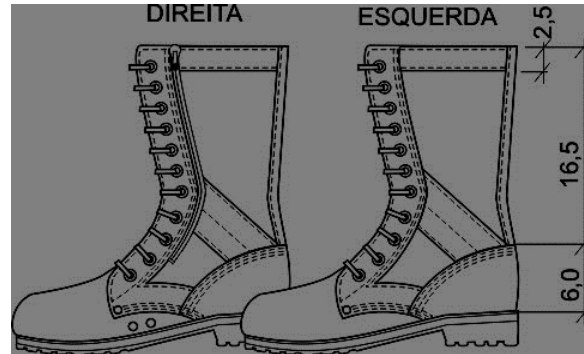
Processo N.º 01/705.495/2018	
Data de Autuação: 09/10/2018	
Rubrica:	Fls.:



ITEM:6			
<b>Nome Padronizado:</b> Coturno preto (tipo selva)	<b>Descrição Detalhada:</b> Conforme descrito, caracterizado e especificado abaixo.		
	<b>Preço Unitário:</b>	R\$ 170,00	
<b>Código de Material:</b> 8430.00.390-60	<b>Quantidade:</b>	1.000	<b>U/C</b> Par
<b>Valor total do item:</b> R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais)			

**DESCRIÇÃO DETALHADA:  
COTURNO PRETO (TIPO SELVA)**

- Cor preta.
- Confeccionada em couro semi-cromo ou anelina francesa de 1ª qualidade.
- Cabedal, (gáspea) parte traseira e reforço interno e externo para fixação dos ilhoses ao longo da abertura do cano, borda do cano e costura traseira com 2,5cm de largura.
- Cano médio, medindo com 24,5cm de altura, em lona parafinada e impermeabilizada, aberto na frente com duas séries de onze ilhoses em latão, na cor preta, com aproximadamente 0,9cm de diâmetro, amarrados por cadarços redondos de náilon.
- Lingueta confeccionada na mesma lona costurada nos reforços das extremidades frontais do cano, gáspea e biqueira inteiriças.
- Tiras de reforço de 5,0cm em tecido de algodão, costuradas transversalmente nas partes laterais do cano. Ilhós respiro em latão, na cor preta, em par por pé, posicionados na parte interna do pé, ao término da costura de união do cano a gáspea, contraforte revestido de couro, salto e solado (unisola) em borracha nitrílica antiderrapante com canaleta para blaqueação injetada diretamente no cabedal e calcanhar, alma de aço (esquino), plaqueta de aço colocada entre a fibra de reforço e a palmilha.



ITEM:7			
<b>Nome Padronizado:</b> Camisa de manga curta.	serviço	<b>Descrição</b>	<b>Detalhada:</b> Conforme descrito, caracterizado e especificado abaixo.
		<b>Preço Unitário:</b>	R\$ 90,00
<b>Código de Material:</b> 84.05.00.494-54	<b>Quantidade:</b>	1.000	<b>U/C</b> Par
<b>Valor total do item:</b> R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)			

### DESCRIÇÃO DETALHADA: CAMISA DE SERVIÇO MANGA CURTA

- Cor bege, no padrão aplicado na GM-RIO.
- Em tecido tipo Santista “Grafil Plus” ou similar, construção em tela, composição 67% de poliéster com 33% em algodão, peso 165g/m<sup>2</sup>, largura 1,50m, com acabamento antimicrobial.
- Simples paralelo em toda extensão, fechada por cinco botões de massa, na cor do tecido, medindo 1,2cm e com quatro furos, sendo que o primeiro botão deve estar a 7,0cm de distância da lapela da gola, o último na altura do quadril e os demais equidistantes entre si, com caseado vertical, e na barra bainha de 2,0cm com pesponto simples.
- Dois bolsos chapados, fixados a 21,0cm da linha do ombro, de forma retangular, com altura total de 17,0cm e largura de 14,0cm, com pesponto duplo e travetes nas extremidades superiores, ângulos inferiores chanfrados, com 1,5cm no sentido horizontal e 1,5cm no vertical, e ao centro de cada bolso, no sentido vertical, uma prega em forma de macho, medindo 16,0cm de altura e 3,5cm de largura, tendo



- ainda aplicada ao centro da extremidade superior a fêmea do fecho de contato (velcro), da mesma cor do tecido, medindo 2,0cm de altura por 3,0cm de largura.
- Portinholas com entretelas colantes, em formato de V, com pesponto duplo em toda extensão e travetes nas extremidades superiores, nas dimensões de 7,0cm de altura no centro (com 5,5cm de altura nas extremidades) por 14,0cm de largura, sendo o corte reto entre o centro e a extremidade, aplicado no centro interno de cada portinhola o macho do fecho de contato (velcro), da mesma cor do tecido, medindo 2,0cm de altura por 3,0cm de largura, e ainda – simulando o abotoamento - no centro inferior externo um caseado vertical e um botão igual aos já mencionados, tendo a portinhola esquerda (para quem veste) uma abertura de 3,5cm, a partir do pesponto esquerdo, e travetes verticais.
  - Gola esporte, com entretelas colantes, tendo na parte central traseira 7,0cm de altura e nas extremidades 8,0cm, acabamento em pesponto duplo.
  - Mangas curtas, com bainhas de 2,0cm e pesponto simples.
  - Ombreiras com entretelas colantes, de forma pentagonal e com pesponto duplo em toda extensão, medindo 13,0cm de comprimento, com 5,0cm na base onde são costuradas junto às mangas, estreitando até 2,0cm do final, quando convergem incisivamente para terminarem em ângulo obtuso, onde terá um caseado horizontal, sendo presas por botão igual aos já mencionados.
  - Platinas de tecido revestem as ombreiras, sendo do mesmo tecido e entreteladas, nas dimensões de 9,0cm de comprimento por 5,2cm de largura, com pesponto simples nas extremidades (aplicam-se somente a Inspetor Regional, Inspetor, Subinspetor e Líder);
  - Costas com pala medindo 14,0cm de altura e pesponto duplo na parte inferior, com duas pregas a partir da pala, equidistantes 12,0cm em relação às cavas.
  - Altura total mínima da camisa de 80,0cm, com variações.
  - Máquina reta uma agulha para os pespontos simples, máquina reta duas agulhas paralelas para os pespontos duplos, overloque nas bordas desfiantes do tecido, interloque com padrão de bitola de 1,0cm para as costuras de fechamento e reforço, acabamento com pesponto duplo nas linhas dos ombros e contornos de cavas, tendo ainda todas as costuras e overloque de 3,0 a 3,5 pontos por centímetro.
  - Linha TEX 24 (etiqueta 120), mista (60% poliéster e 40% algodão) e filamento para o overloque, ambos na cor da peça.
  - Aplicação de distintivos bordados confeccionados à parte, sendo centralizado junto a costura superior do bolso esquerdo (para quem veste) o “Brasão de Armas do Município do Rio de Janeiro”, na manga esquerda o listel “GUARDA MUNICIPAL” a 2,5cm da costura da cava, além do Símbolo da Cidade do Rio de Janeiro - “CRISTO REDENTOR” a 1,5cm abaixo do anterior e na manga direita o listel “PREFEITURA DO RIO” aplicado a 2,5cm da costura da cava.

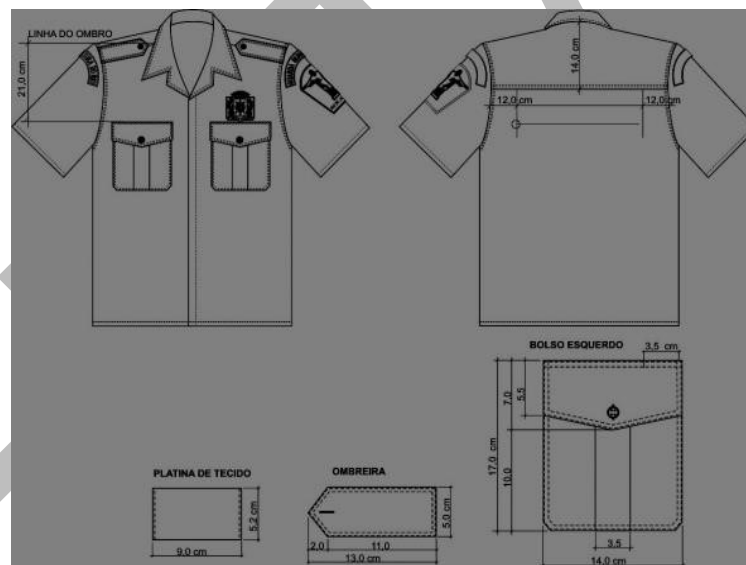




- Centralizada internamente no degolo, a etiqueta de identificação do fornecedor da peça, acompanhada da etiqueta de identificação do tecido (nome, fabricante, composição e conservação), além da etiqueta indicando o tamanho da peça, conforme Regulamentação Técnica de Etiquetagem de Produtos Têxteis do CONMETRO (Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial).

### CONFECCIONADOS À PARTE: BORDADOS PARA MANGAS

“GUARDA MUNICIPAL” aplicado à 3cm da costura da cava e “Cristo Redentor” aplicado à 1cm abaixo do anterior. Na manga esquerda e na manga direita bordado “PREFEITURA DO RIO” aplicado à 3cm da costura da cava. Sobre o peito direito tarjeta de identificação com o nome da GM e tipo sanguíneo aplicada à 1cm acima do bolso.



**OBS.:** Bordados serão fornecidos e aplicados pelo vencedor.

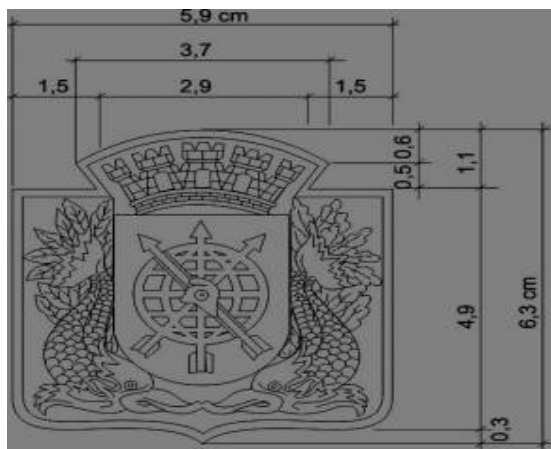
### LISTEL BRASÃO DE ARMAS DO MUNICÍPIO

#### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

- Cores amarela, azul, cinza, preta, verde e vermelha.
- Confeccionado por processo eletrônico; medindo 6,0cm de altura por 6,0cm de largura, tendo em seu interior borda de 0,1cm de largura, na cor amarela e o Brasão



de Armas do Município do Rio de Janeiro - com as linhas na cor preta -, pintado nas cores oficiais, sendo a coroa mural de cinco torres de ouro, as três setas e a esfera armilar na cor amarela, os golfinhos na cor cinza, o escudo português na cor azul e o barrete frígido na cor vermelha e os ramos de louro e de carvalho na cor verde e fundo preto.



**LISTEL PREFEITURA DO RIO**

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

- Cores branca, cáqui e preta;
- Confeccionada por processo eletrônico, em material termocolante, recortado no sistema faca HC e cauterizado junto à borda da peça;
- Base com 12,0cm de curvatura total, 8,5cm da curvatura da base inferior e 2,2cm de largura, bordada com linha cáqui, tendo em seu interior borda de 0,2cm de largura em linha preta e inscrição “PREFEITURA DO RIO” em linha branca.



**LISTEL GUARDA MUNICIPAL**



### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

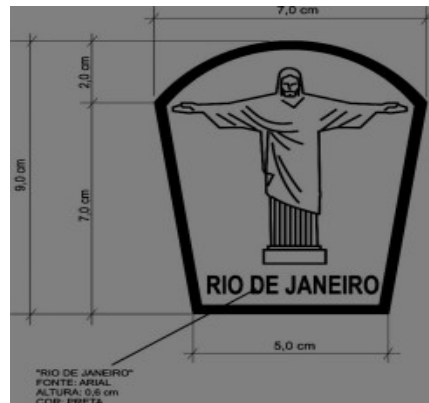
- Cores branca, cáqui e preta.
- Confeccionada por processo eletrônico, em material termocolante, recortado no sistema faca HC e cauterizado junto à borda da peça.
- Base com 12,0cm de curvatura total, 8,5cm da curvatura da base inferior e 2,2cm de largura, bordada com linha cáqui, tendo em seu interior borda de 0,2cm de largura em linha preta e inscrição “GUARDA MUNICIPAL” em linha branca.



### LISTEL CRISTO REDENTOR

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

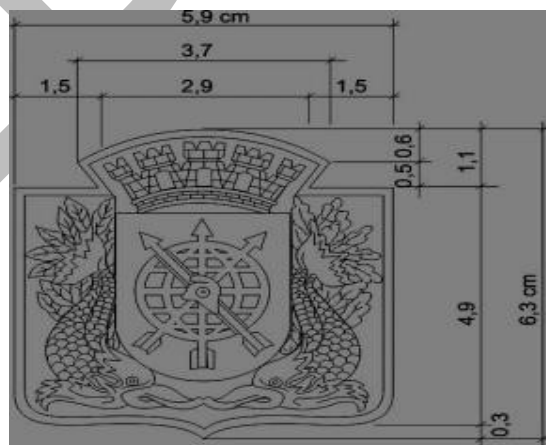
- Cores bege, cáqui e preta.
- Confeccionada por processo eletrônico, em material termocolante, recortado no sistema faca HC e cauterizado junto à borda da peça.
- Base bordada com linha cáqui, medindo 9,0cm de altura, 7,0cm de largura na parte superior e 5,0cm de largura na parte inferior, tendo em seu interior borda de 0,2cm de largura bordada em linha preta, a inscrição “RIO DE JANEIRO” em fonte Arial e 0,6cm de altura bordada com linha preta, e o contorno do Cristo Redentor bordado com linha preta, sendo preenchido com linha bege, conforme desenho técnico:



### LISTEL BRASÃO DE ARMAS DO MUNICÍPIO

#### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

- Cores amarela, azul, cinza, preta, verde e vermelha.
- Confeccionado por processo eletrônico; medindo 6,0cm de altura por 6,0cm de largura, tendo em seu interior borda de 0,1cm de largura, na cor amarela e o Brasão de Armas do Município do Rio de Janeiro - com as linhas na cor preta -, pintado nas cores oficiais, sendo a coroa mural de cinco torres de ouro, as três setas e a esfera armilar na cor amarela, os golfinhos na cor cinza, o escudo português na cor azul e o barrete frígido na cor vermelha e os ramos de louro e de carvalho na cor verde e fundo preto.



### LISTEL PREFEITURA DO RIO



### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

- Cores branca, cáqui e preta;
- Confeccionada por processo eletrônico, em material termocolante, recortado no sistema faca HC e cauterizado junto à borda da peça;
- Base com 12,0cm de curvatura total, 8,5cm da curvatura da base inferior e 2,2cm de largura, bordada com linha cáqui, tendo em seu interior borda de 0,2cm de largura em linha preta e inscrição “PREFEITURA DO RIO” em linha branca.



### LISTEL GUARDA MUNICIPAL

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

- Cores branca, cáqui e preta.
- Confeccionada por processo eletrônico, em material termocolante, recortado no sistema faca HC e cauterizado junto à borda da peça.
- Base com 12,0cm de curvatura total, 8,5cm da curvatura da base inferior e 2,2cm de largura, bordada com linha cáqui, tendo em seu interior borda de 0,2cm de largura em linha preta e inscrição “GUARDA MUNICIPAL” em linha branca.





Processo N.º 01/705.495/2018	
Data de Autuação: 09/10/2018	
Rubrica:	Fls.:

**LISTEL CRISTO REDENTOR**

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

- Cores bege, cáqui e preta.
- Confeccionada por processo eletrônico, em material termocolante, recortado no sistema faca HC e cauterizado junto à borda da peça.
- Base bordada com linha cáqui, medindo 9,0cm de altura, 7,0cm de largura na parte superior e 5,0cm de largura na parte inferior, tendo em seu interior borda de 0,2cm de largura bordada em linha preta, a inscrição “RIO DE JANEIRO” em fonte Arial e 0,6cm de altura bordada com linha preta, e o contorno do Cristo Redentor bordado com linha preta, sendo preenchido com linha bege, conforme desenho técnico:



ITEM:7			
<b>Nome Padronizado:</b> Calça de serviço feminina.	<b>Descrição Detalhada:</b> Conforme descrito, caracterizado e especificado abaixo.		
	<b>Preço Unitário:</b>		R\$ 80,00
<b>Código de Material:</b> 8415.01.247-92	<b>Quantidade:</b>	280	<b>U/C</b> Unidade
<b>Valor total do item:</b> R\$ 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais)			

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**  
**CALÇA DE SERVIÇO FEMININO**

- Cor cáqui, no padrão aplicado na GM-RIO.
- Confeccionada em tecido tipo POLYCOTTONCEDRO SUPER, construção em sarja 3/1E, composição 67% de poliéster com 33% em algodão, peso 265g/m2 e

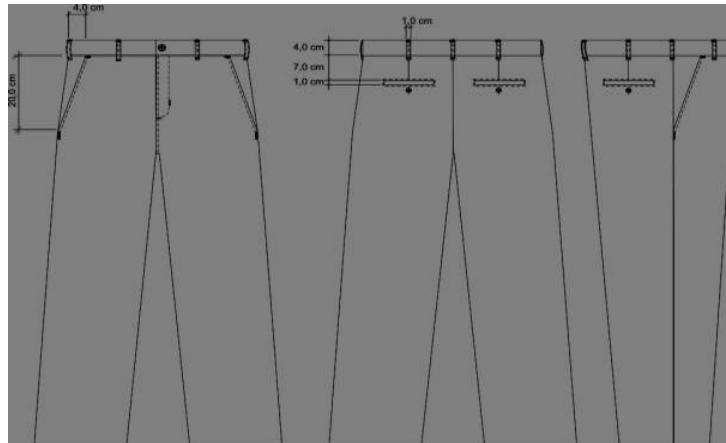


largura 1,61m; com acabamento antimicrobiano, retardante a chamas e arco elétrico, e proteção contra raios ultra violeta (certificados).

- Frente sem pregas, modelagem reta feminina, parte de trás com duas pences que se iniciam no cós e terminam na altura do meio dos bolsos, sem bainha.
- Cós entretelado, sem costura aparente, com 4,0cm de altura, fechado por um botão de massa, na cor do tecido, de quatro furos, medindo 1,2cm e sete passadores de 1,0cm de largura, do mesmo tecido, com pesponto duplo e travetes nas extremidades, dispostos equidistantes para receberem o cinto, sendo dois na frente, dois nas laterais e três nas costas.
- Possui quatro bolsos, sendo na parte da frente dois laterais do tipo faca, com pesponto simples a 0,5cm de distância das extremidades, além de travetes, e na parte de trás dois bolsos horizontais embutidos, aplicados a 7,0cm abaixo da linha do cós e medido 1,0cm de altura por 14,0cm de largura, cada bolso com vivo de 1,0cm na parte inferior, travetes nas laterais e pesponto simples em toda extensão, com abotoamento central e caseado vertical, fechado por um botão igual aos já mencionados.
- Braguilha da direita para esquerda fechada por fecho eclair sintético fino, com cadarço de poliéster, da mesma cor do tecido, dentes em forma de espiral e cursor trava automática, de 18,0cm, e com dois travetes na parte inferior, com pesponto simples em toda extensão.
- Altura total da peça de 1,30m.
- Máquina reta uma agulha para os pespontos simples, máquina reta duas agulhas paralelas para os pespontos duplos, overloque nas bordas desfiantes do tecido, interloque com padrão de bitola de 1,0cm para as costuras de fechamento e reforço, acabamento nas laterais e entrepernas sem pesponto aparente, tendo ainda todas as costuras e overloque de 3,5 a 4,0 pontos por centímetro.
- Linha TEX 40 (etiqueta 80), mista (60% poliéster e 40% algodão) e filamento para o overloque, ambos na cor da peça.
- Centralizada internamente na parte traseira da cintura, a etiqueta de identificação do fornecedor da peça, acompanhada da etiqueta de identificação do tecido (nome, fabricante, composição e conservação), além da etiqueta indicando o tamanho da peça, conforme Regulamentação Técnica de Etiquetagem de Produtos Têxteis do CONMETRO (Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial).



Processo N.º 01/705.495/2018	
Data de Autuação: 09/10/2018	
Rubrica:	Fls.:



ITEM:8				
<b>Nome Padronizado:</b> Calça de serviço masculino.		<b>Descrição Detalhada:</b> Conforme descrito, caracterizado e especificado abaixo.		
		<b>Preço Unitário:</b>		R\$ 80,00
<b>Código de Material:</b> 8415.00.962-17	<b>Quantidade:</b>	720	<b>U/C</b>	Unidade
<b>Valor total do item:</b> R\$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)				

**DESCRIÇÃO DETALHADA:  
CALÇA DE SERVIÇO MASCULINO**

- Cor cáqui, no padrão aplicado na GM-RIO.
- Confeccionada em tecido tipo Santista “Gabardine 31” ou similar, construção em sarja 3/1E, composição 67% de poliéster com 33% em algodão, peso 265g/m<sup>2</sup> e largura 1,61m;
- Frente sem pregas, modelagem reta, parte de trás com duas pences que se iniciam no cós e terminam na altura do meio dos bolsos, sem bainha.
- Cós entretelado, sem costura aparente, com 4,0cm de altura, fechado por um botão de massa, na cor do tecido, de quatro furos, medindo 1,2cm e sete passadores de 1,0cm de largura, do mesmo tecido, com pesponto duplo e travetes nas extremidades, dispostos equidistantes para receberem o cinto, sendo dois na frente, dois nas laterais e três nas costas.
- Possui quatro bolsos, sendo na parte da frente dois laterais do tipo faca, com pesponto simples a 0,5cm de distância das extremidades, além de travetes, e na





parte de trás dois bolsos horizontais embutidos, aplicados a 7,0cm abaixo da linha do cós e medido 1,0cm de altura por 14,0cm de largura, cada bolso com vivo de 1,0cm na parte inferior, travetes nas laterais e pesponto simples em toda extensão, com abotoamento central e caseado vertical, fechado por um botão igual aos já mencionados.

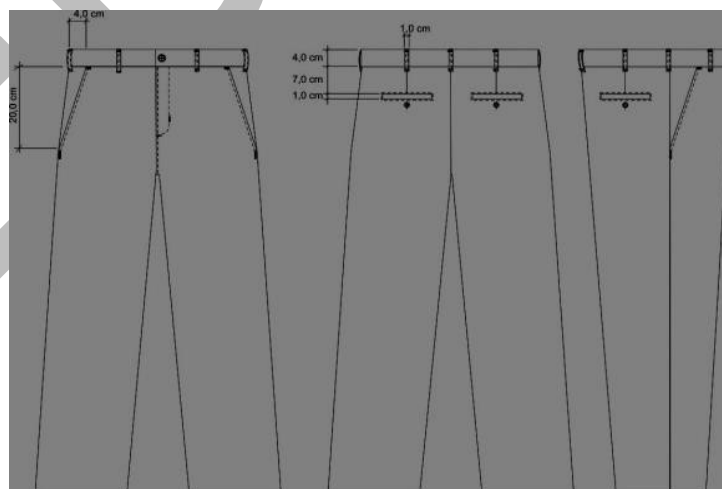
- Braguilha da esquerda para direita fechada por fecho eclair sintético fino, com cadarço de poliéster, da mesma cor do tecido, dentes em forma de espiral e cursor trava automática, de 18,0cm, e com dois travetes na parte inferior, com pesponto simples em toda extensão.

- Altura total da peça de 1,30m.

- Máquina reta uma agulha para os pespontos simples, máquina reta duas agulhas paralelas para os pespontos duplos, overloque nas bordas desfiantes do tecido, interloque com padrão de bitola de 1,0cm para as costuras de fechamento e reforço, acabamento nas laterais e entrepernas sem pesponto aparente, tendo ainda todas as costuras e overloque de 3,5 a 4,0 pontos por centímetro.

- Linha TEX 40 (etiqueta 80), mista (60% poliéster e 40% algodão) e filamento para o overloque, ambos na cor da peça.

- Centralizada internamente na parte traseira da cintura, a etiqueta de identificação do fornecedor da peça, acompanhada da etiqueta de identificação do tecido (nome, fabricante, composição e conservação) além da etiqueta indicando o tamanho da peça, conforme Regulamentação Técnica de Etiquetagem de Produtos Têxteis do CONMETRO (Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial).





#### 4. DOS AVIAMENTOS, TECIDOS E CORES:

4.1. Trata da descrição dos aviamentos, tecidos e cores que compõem as peças dos uniformes da Guarda Municipal do Rio de Janeiro:

**TABELA I – DOS AVIAMENTOS**

AVIAMENTOS	COMPOSIÇÃO	COR	REF. DA COR	MARCA
LINHA PARA BORDAR	100% poliéster	PRETA	Pt	COATS CORRENTE ou similar
LINHA PARA BORDAR	100% poliéster	CÁQUI	4117	COATS CORRENTE ou similar
LINHA PARA BORDAR	100% poliéster	BEGE	3507	COATS CORRENTE ou similar
LINHA PARA BORDAR	100% poliéster	BRANCO	Bc	COATS CORRENTE ou similar
LINHA PARA BORDAR	100% poliéster	AMARELO	3307	COATS CORRENTE ou similar
LINHA PARA BORDAR	100% poliéster	CINZA	9807	COATS CORRENTE ou similar
LINHA PARA BORDAR	100% poliéster	VERDE	5707	COATS CORRENTE ou similar
LINHA PARA BORDAR	100% poliéster	VERMELHO	6607	COATS CORRENTE ou similar
LINHA PARA BORDAR	100% poliéster	AZUL	7115	COATS CORRENTE ou similar
LINHA PARA BORDAR	50% poliamida e 50% poliéster	DOURADA	DOURADA METALIZADA	ZENITH ou similar
LINHA PARA BORDAR	50% poliamida e 50% poliéster	PRATEADA	PRATEADA METALIZADA	ZENITH ou similar
LINHA PARA	60% poliéster e 40%	-	-	COATS



AVIAMENTOS	COMPOSIÇÃO	COR	REF. DA COR	MARCA
<b>COSTURAR</b>	algodão			CORRENTE ou similar
<b>FECHO DE CONTATO (VELCRO)</b>	100% poliamida	-	-	COATS CORRENTE ou similar

**TABELA II - DOS TECIDOS**

TECIDO	COMPOSIÇÃO	COR	REF. DA COR	MARCA
<b>PANAMÁ REF.: 0355</b>	Construção em panamá 2x2, composição urdume e trama 100% poliéster, peso 253g/m <sup>2</sup> , largura 1,50m, tecido com 26 batidas acabado e com tingimento reativo	CÁQUI	87	MK TECIDOS (MARKBEL) ou similar
		MARROM	121	
		BRANCO	16	
		PRETO	20	
		AZUL	123	
		BEGE	42	
<b>POLYCOTTONCEDRO SUPER</b>	Construção em sarja 3/1E, composição 67% de poliéster com 33% em algodão, peso 265g/m <sup>2</sup> e largura 1,61m.	CÁQUI	750	SANTISTA ou similar
<b>POLYCEDROSUPER</b>	Construção em tela, composição 67% de poliéster com 33% em algodão, peso 165g/m <sup>2</sup> , largura 1,50m, com acabamento antimicrobial.	BEGE	707	CEDRO ou similar
<b>MEIA-MALHA PIQUET</b>	Meia-malha Piquet mista, composição 50% de algodão, 50% de poliéster com mistura íntima, fio cardado 30.1 e peso mínimo de 185g/m <sup>2</sup>	CÁQUI	723	SANTISTA ou similar
<b>JEANS REF.: W131 DENIM 13 OZ"</b>	Construção em sarja 3/1 E, composição 100% algodão, padrão 500, peso 460g/m <sup>2</sup> – 13,6oz/yd <sup>2</sup> ,	AZUL-ESCURO	575 / 8 dips	SANTISTA ou similar



TECIDO	COMPOSIÇÃO	COR	REF. DA COR	MARCA
	largura 1,67m, encolhimento método ATCC (processo repetido 3 vezes) – 2% (+ -) 2%			
<b>JERSEY COM ELASTANO OPACO</b> REF.: 5371	<b>Composição 84,9% poliamida e 15,1% elastano, peso 235g/m<sup>2</sup> (+ - 5%) e largura 1,43m,</b>	<b>CÁQUI</b>	<b>3458</b>	<b>ROSSET ou similar</b>
<b>POLIAMIDA</b> REF.: 6835	<b>Composição 100% poliamida, peso 120g/m<sup>2</sup> e largura 0,98cm</b>	<b>BEGE</b>	<b>-</b>	<b>ROSSET ou similar</b>
<b>RIPSTOP CEDROTECH RS PROFISSIONAL</b>	Construção em tela 1x1 Rip Stop U/T, composição 57% de algodão com 43% em poliéster, peso 239g/m <sup>2</sup> (+ - 5%), largura 1,60m	<b>CÁQUI</b>	<b>7647 G2</b>	<b>CEDRO ou similar</b>
<b>MALHA</b>	100% algodão, <b>peso</b> <b>145g/m<sup>2</sup></b>	<b>BRANCA E PRETA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TACTEL</b>	<b>100% poliamida</b>	<b>CÁQUI</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>BRIM</b>	100% algodão	<b>CÁQUI</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>WORKER</b> REF.: E-14018	Construção em tela, composição 67% de poliéster e 33% de algodão penteado, fio 45/1, peso 110g/ m <sup>2</sup> , largura 1,49m x 1,51m	<b>BRANCA</b>	<b>-</b>	<b>TOYOBO ou similar</b>
<b>HELANCA</b>	100% poliéster	<b>MARROM</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>JACKARD</b>	100% poliéster	<b>BRANCA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>CETIM DE SEDA</b>	100% poliéster	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



**TABELA III - DAS CORES**

COR	PANTONE	REF.
<b>CÁQUI</b>	465U	Rub Red 26.6, Pro. Blue 3.3, Yellow 7.5, Trans. Wt. 87.5
<b>BEGE</b>	468U	Rub Red .8, Pro. Blue .4, Yellow 1.9, Trans. Wt. 96.9
<b>MARROM</b>	4625C	Yellow 40.9, Warm Red. 31.8, Black 27.3
<b>AZUL</b>	2935C	10 pts - Pro Blue 62.5 / 6 pts - Ref.Blue 37.5
<b>PRETO</b>	Black C 100%	Black 100%
<b>VERDE</b>	355C	Green 80.0/ Yellow 18.5/ black 1.5
<b>VERMELHO</b>	485C	Yellow 50.0/ Rub Red 50.0
<b>AMARELO</b>	108C	16 pts - Yellow 97.0 / 1/2 pt – Red./Warm 3.0
<b>CINZA</b>	Black C 10%	Black 10%

**5. DAS MEDIDAS**

**5.1.** Trata da tabela de medidas dos uniformes da Guarda Municipal do Rio de Janeiro:

**TABELA I – MASCULINA:**

NÚMERO	1		2		3		4		5		6	
<b>COLARINHO</b>	36	36	38	38	40	40	42	42	44	44	46	46
<b>CORRESPONDÊNCIA</b>	PP		P		M		G		GG		EG	
<b>CAMISA</b>	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58	60	62
<b>CALÇA</b>	34	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56



PEÇAS - PARTE SUPERIOR:													
NUMERAÇÃO PROFISSIONAL		40	42	44	46	48	50	52	54	56	58	60	62
		PP		P		M		G		GG		EG	
		1		2		3		4		5		6	
Pontos de medida	Tolerâncias												
Colarinho	+ / - 0,5cm	36	36	38	38	40	40	42	42	44	44	46	46
Tórax	+ / - 1,0cm	48	50	52	54	56	58	60	62	64	66	68	70
Costas	+ / - 1,0cm	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53
Contorno de cava	+ / - 1,0cm	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61
Manga curta (*)	+ / - 0,5cm	23	23,5	24	24,5	25	25,5	26	26,5	27	27,5	27,5	27,5
Manga comprida sem punho (*)	+ / - 1,0cm	57	57,5	58	58,5	59	59,5	60	60,5	61	61,5	61,5	61,5
Manga comprida com punho (*)	+ / - 1,0cm	59	59,5	60	60,5	61	61,5	62	62,5	63	63,5	63,5	63,5
Jaqueta com cós (*)	+ / - 1,0cm	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	75	75
Camisa (*)	+ / - 1,0cm	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	79	79

(\*) com bainha feita

	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58	60	62
--	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----



NUMERAÇÃO PROFISSIONAL		SOCIAL											
Pontos de medida	Tolerâncias												
Tórax	+ / - 1,0cm	48	50	52	54	56	58	60	62	64	66	68	70
Costas	+ / - 1,0cm	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53
Contorno de cava	+ / - 1,0cm	50	52	54	56	58	60	62	64	66	68	70	72
Manga comprida	+ / - 1,0cm	61	61,5	62	62,5	63	63,5	64	64,5	65	65,5	66,5	66,5
Comprimento	+ / - 1,0cm	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86

PEÇAS - PARTE INFERIOR:													
NUMERAÇÃO PROFISSIONAL		34	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56
		PP		P		M		G		GG		EG	
Pontos de medida	Tolerâncias												
Cintura com cós tipo jeans ou social	+ / - 1,0cm	34	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56
Cintura toda com elástico - esticada	+ / - 1,5cm	42	44	46	48	50	52	55	57	59	61	63	65



Quadril sem pregas	+ / - 1,0cm	44	46	48	50	52	54	56	58	60	62	64	66
Quadril com 4 pregas	+ / - 1,5cm	48	50	52	54	56	58	60	62	64	66	68	70
Coxa profissional sem pregas	+ / - 1,0cm	28,5	29,5	31	32	33,5	35	36,5	37,5	39	40	41	41,5
Gancho dianteiro sem cós	+ / - 1,0cm	23	23,5	24	24,5	25	25,5	26,5	27	27,5	28,5	28,5	29
Gancho dianteiro sem cós, elástico total ou cordão	+ / - 1,0cm	24,5	25	25,5	26	26,5	27	28	28,5	29	30	30	30,5
Gancho traseiro sem cós	+ / - 1,0cm	34	35	36	37	38,5	39,5	40,5	41,5	42,5	43,5	44	44,5
Bermudas (*)	+ / - 1,0cm	24,5	24,5	26,5	26,5	26,5	26,5	26,5	26,5	26,5	26,5	26,5	26,5
Bermudas sem cós (*)	+ / - 1,0cm	46,5	47	49,5	50	50,5	51	51,5	52	52,5	53	53	53
Calças entrepernas (*)	+ / - 1,0cm	79,5	79,5	81,5	81,5	81,5	81,5	81,5	81,5	81,5	81,5	81,5	81,5
Calças – ilhargas sem cós (*)	+ / - 1,0cm	101,5	102	104,5	105	105,5	106	106,5	107	107,5	108	108	108

(\*) com bainha feita, quando a barra não for feita acrescentar 2,0cm.





**TABELA II – FEMININA:**

NÚMERO	1		2		3		4		5		6	
<b>COLARINHO</b>	34	34	36	36	38	38	40	40	42	42	44	44
<b>CORRESPONDÊNCIA</b>	PP		P		M		G		GG		EG	
<b>CAMISA</b>	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58
<b>CALÇA</b>	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58

**PEÇAS - PARTE SUPERIOR:**

NUMERAÇÃO PROFISSIONAL		36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58
		PP		P		M		G		GG		EG	
		1		2		3		4		5		6	
Pontos de medida	tolerâncias												
Colarinho	+ / - 0,5cm	34	34	36	36	38	38	40	40	42	42	44	44
Busto – Tórax	+ / - 1,0cm	44	46	48	50	52	54	56	58	60	62	64	66
Costas	+ / - 1,0cm	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48
Contorno de cava	+ / - 1,0cm	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57
Quadril	+ / - 1,0cm	48	50	52	54	56	58	60	62	64	66	68	70



Manga curta (*)	+ / - 0,5cm	22	22,5	23	23,5	24	24,5	25	25,5	26	26,5	26,5	26,5
Manga comprida sem punho (*)	+ / - 1,0cm	55	55,5	56	56,5	57	57,5	58	58,5	59	59,5	59,5	59,5
Manga comprida com punho (*)	+ / - 1,0cm	57	57,5	58	58,5	59	59,5	60	60,5	61	61,5	61,5	61,5
Camisa (*)	+ / - 1,0cm	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	73	73

(\*) com bainha feita.

NUMERAÇÃO PROFISSIONAL		36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58
		SOCIAL											
Pontos de medida	Tolerâncias												
Busto /Tórax	+ / - 1,0cm	44	46	48	50	52	54	56	58	60	62	64	66
Costas	+ / - 1,0cm	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48
Contorno de cava	+ / - 1,0cm	46	48	50	52	54	56	58	60	62	64	66	68
Manga comprida	+ / - 1,0cm	59	59,5	60	60,5	61	61,5	62	62,5	63	63,5	64	64,5
Quadril	+ / - 1,0cm	48	50	52	54	56	58	60	62	64	66	68	70
Comprimento	+ / - 1,0cm	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84



PEÇAS - PARTE INFERIOR:													
NUMERAÇÃO PROFISSIONAL		36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58
		PP		P		M		G		GG		EG	
Pontos de medida	Tolerâncias												
Cintura com cóc tipo jeans ou social	+ / - 1,0cm	32	34	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54
Cintura toda com elástico - esticada	+ / - 1,5cm	44	46	48	50	52	55	57	59	61	63	65	67
Quadril sem pregas	+ / - 1,0cm	46	48	50	52	54	56	58	60	62	64	66	68
Quadril com 4 pregas	+ / - 1,5cm	50	52	54	56	58	60	62	64	66	68	70	72
Coxa profissional sem pregas	+ / - 1,0cm	29,5	30,5	32	33	34,5	35,5	37	38	39,5	40,5	41,5	42
Gancho dianteiro sem cóc	+ / - 1,0cm	22,5	23	23,5	24	24,5	25	26	26,5	27	28	28	28,5



Gancho dianteiro sem cós, elástico total ou cordão	+ / - 1,0cm	24	24,5	25	25,5	26	26,5	27,5	28	28,5	29	29,5	30
Gancho traseiro sem cós	+ / - 1,0cm	36	37	38	39	40,5	41,5	42,5	43,5	44,5	45,5	46	46,5
Bermu das - entrepernas (*)	+ / - 1,0cm	22,5	22,5	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5
Bermu das - ilhargas sem cós (*)	+ / - 1,0cm	45,5	46	48,5	49	49,5	50	50,5	51	51,5	52	52	52
Calças - entrepernas (*)	+ / - 1,0cm	78,5	78,5	80,5	80,5	80,5	80,5	80,5	80,5	80,5	80,5	80,5	80,5
Calças - ilhargas sem cós (*)	+ / - 1,0cm	101,5	102	104,5	105	105,5	106	106,5	107	107,5	108	108	108
Saias - ilhargas sem cós (*)	+ / - 1,0cm	52	52,5	55	55,5	56	56,5	57	57,5	58	58,5	58,5	58,5

(\*) com bainha feita, quando a barra não for feita acrescentar 2,0cm.



## 6. DA AMOSTRA

6.1 - Após a fase de lances, o pregoeiro suspenderá o certame e requisitará amostra(s) da(s) empresa(s) detentora(s) da melhor proposta para o(s) lote(s) que cotar.

6.2 – As amostras deverão ser entregues no prazo máximo de até **10 (DEZ) DIAS SUCESSIVOS**, contados da suspensão da sessão pública, para a Comissão de Análise e Aprovação de Amostras da GM-RIO.

6.3 – As amostras deverão ser encaminhadas a GM-RIO, situada na Avenida Pedro II, n.º 111, São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ, Cep: 20941-070.

6.4 – Havendo divergência quanto as amostras e as especificações contidas no Termo de Referência, a licitante será desclassificada.

6.5 - A Comissão de Análise e Aprovação de Amostras da GM-RIO é composta pelos servidores abaixo relacionados:

<b>NOME</b>	<b>MATRÍCULA</b>
Júlio Clemente Da silva	630.961-6 / 851.457-2
Eliel Vieira de Souza	633.382-5 / 850.830-1
Maria Cristina Ambrósio	636.773-2 / 853.234-3
Maria Barbosa de Carvalho	631.841-1 / 851.752-6
Paula Soares Terra Barbosa	639.460-7 / 854.507-1
Alexsandro Claudino de Oliveira	641.354-7 / 855.448-7

6.6 – A Comissão de Análise e Aprovação de Amostras da GM-RIO fará um relatório da análise das amostras, informando quanto à conformidade da descrição detalhada no Termo de Referência e enviará ao pregoeiro.

6.7 – Ocorrendo a situação descrita no subitem 5.4, o pregoeiro poderá solicitar amostra(s) da(s) licitante(s) na ordem de classificação concedendo o mesmo prazo descrito no subitem 5.2, e assim sucessivamente, até a aceitabilidade da mesma.

6.8 – Sera(ão) declarada(s) vencedora(s) do certame, a(s) licitante(s) que for(em) habilitada(s) e tiver(em) sua(s) amostra(s) aprovada(s) pela comissão revisora e reguladora de uniformes.



6.9 – A(s) amostra(s) da(s) licitante(s) vencedora(s), ficará(ão) retida(s) até a entrega de todo o material.

6.10 – Após análise das amostras, o pregoeiro retomará a sessão pública para as medidas cabíveis.

6.11 – Os custos de envio e ou retiradas das amostras correrão às expensas da empresa licitante.

6.12 – A administração poderá, a seu critério, e à custa do licitante, realizar testes com amostra apresentada, a fim de verificar o atendimento as condições do edital.

6.13 – Caso a licitante não apresente amostra dentro do prazo exigido no Item 5.2, ficará sujeita as sanções previstas no subitem 23.1 do Edital.

6.14 – A(s) empresa(s) deverá(ão) apresentar amostra(s) de todos os itens que compõem o lote cotado pela mesma.

6.15 – Na embalagem da amostra deverá constar o nome da empresa participante, o número do pregão, o número do lote para qual a empresa está apresentando amostra e a identificação do produto.

6.16 – Caso as compatibilidades com as especificações demandadas, sobretudo quanto aos padrões de qualidade, não possam ser aferidas, a amostra será encaminhada para análise em laboratório credenciado junto ao INMETRO, sendo que as despesas decorrentes serão de responsabilidade da empresa licitante.

6.17 – Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, *cuja presença será facultada* a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.18 – Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.19 – Serão avaliados os aspectos e padrões de aceitabilidade estabelecidos no Termo de Referência para cada item.



6.20 – No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, a amostra da licitante será recusada e a licitante inabilitada.

6.21 - Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela Comissão de Análise e Aprovação de Amostras, não gerando direito a ressarcimento.

6.22 – Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues serão mantidas pela administração até o final da validade do registro de preços (12 meses), após deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 15 (quinze) dias, o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.23 - As amostras serão avaliadas quanto ao atendimento das especificações técnicas previstas no Termo de Referência – ANEXO I e, quando couber, conformidade com os programas de certificação de produtos da ABNT, INMETRO e outros órgãos/entidades oficiais.

## 7. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES:

7.1 - O prazo de validade da proposta é o mesmo de validade da Ata de Registro de Preços, que vigorará pelo prazo de *12 (doze) meses*, a partir da data de publicação no D.O. do Rio de Janeiro, dos preços registrados.

7.2 - O prazo de entrega dos materiais é de até **30 (TRINTA) DIAS SUCESSIVOS**, tendo início a partir da solicitação feita pela CONTRATANTE.

7.3 - O material deverá ser entregue no Almoxarifado da Guarda Municipal, situada na Av. Pedro II, n.º 111, térreo, São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ. CEP: 20.941-070, somente em dias úteis, no horário das 09 às 16h.

7.4 - O tamanho a ser fornecido de cada item será definido pela CONTRATANTE em cada Ordem de Fornecimento de Material – OFM.

7.5 – No caso da aquisição com recurso do Fundo Especial de Ordem Pública – FEOP, deverá ser utilizada etiqueta com a logomarca do mesmo, conforme **Anexo VII**.



7.6 - A solicitação do fornecimento do material será feita de acordo com as necessidades da CONTRATANTE.

7.7 - A fornecedora será responsável pela entrega e ou recolhimento do material, incluindo custos com frete.

7.8 - A empresa adjudicatária deverá entregar o material de acordo com o estabelecido no Código de Defesa do Consumidor.

7.9 - O material será recebido provisoriamente no local de entrega e após conferência e verificação de sua conformidade será o mesmo aceito definitivamente.

7.10 - A CONTRATADA deverá substituir quaisquer materiais rejeitados ou qualitativamente inferiores, que tragam prejuízo à Administração em, no máximo, 48(quarenta e oito) horas da solicitação, sendo que o não cumprimento sem motivo justo implicará nas sanções expostas neste instrumento.

7.11 - A CONTRATADA deverá apresentar garantia do produto previsto pelo fabricante, a contar da entrega do mesmo a CONTRATANTE.

7.12 - Os produtos fornecidos deverão estar de acordo com as disposições contidas na portaria INMETRO.

7.13 - Em caso de discordâncias existentes entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Termo de Referência, prevalecerão às últimas.

**APROVO O TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I)**

---

Júlio Clemente da Silva  
Inspetor Regional  
Matricula: 630.961-6/851.457-2





**ANEXO II**  
**(MODELO)**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_/2019**  
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP – GM-RIO**  
**Nº 14/2019**

**VALIDADE:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Aos dias \_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_, na Av. Pedro II, n.º 111, São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ. CEP: 20.941-070, a GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, nos termos das normas de caráter geral das Leis Federais n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93, dos Decretos Municipais n.º 23.957/04 e 30.538/09, da Lei Complementar Federal n.º 123/06 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, da Lei Complementar Federal n.º 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal n.º 8.078/90 e suas alterações, do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei n.º 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar n.º 1/90, do Regulamento Geral do Código supra citado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal n.º 3.221/81, e suas alterações, da Lei Complementar Municipal n.º 111/11 – Plano Diretor e de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, e pelos Decretos Municipais n.º 19.810/01, 27.715/07 e 31.349/09, com suas alterações posteriores, em face do resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP – GM-RIO Nº 14/2018**, realizado por meio do processo administrativo n.º 01/705.495/2018, homologado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ e publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, **RESOLVE** registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto é **REGISTRO DE PREÇOS** para **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS AGENTES DA GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - GM-RIO** para atender aos órgãos e entidades da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – PCRJ que se



interessarem, consoante o disposto no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP - N.º 14/2019** no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	
		PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
EMPRESA			
REPRESENTANTE LEGAL:			
CPF:			
RG:			

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (meses), a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE FORNECIMENTO**

O fornecimento dos materiais cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Fornecimento correspondente.

Parágrafo Único - Cada Ordem de Fornecimento conterà, sucintamente:

- a) o número da Ata;
- b) a descrição do produto;
- c) o local, hora e prazo do fornecimento;
- d) o valor da requisição;
- e) as condições de pagamento;
- f) as penalidades;
- g) a garantia contratual.



## CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à empresa beneficiária após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – O pagamento à empresa beneficiária será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que a CONTRATANTE esteja obrigada a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto não tenha sido regularmente entregue e aceito

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor competente da CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro – O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – No caso de erro nos documentos de cobrança, estes serão devolvidos à empresa beneficiária para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Quinto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à empresa beneficiária, sofrerá a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da CONTRATANTE e a data do efetivo pagamento.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da CONTRATANTE.

Parágrafo Sétimo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA através de crédito em conta bancária do fornecedor cadastrado junto à Coordenação do Tesouro Municipal, conforme o disposto na Resolução SMF nº 2918, efetuados **somente** em



c/c aberta no Banco **SANTANDER** (Brasil) S.A, conforme contrato nº 2918/2017 publicado no D.O. RIO nº 123, de 16/09/2016, decorrente de licitação CEL/SMF – PP 03/2016.

## **CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO MATERIAL**

O fornecimento dos materiais obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas a fornecer os materiais, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição para a requisição dos materiais e/ou publicação dos preços registrados no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO.

Parágrafo Terceiro - O fornecimento dos materiais será precedido de preenchimento, pelo Órgão Participante, do respectivo formulário "ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS", que será entregue às empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados, após aquiescência do Órgão Gerenciador, com a antecedência mínima descrita no Termo de Referência (Anexo I), para entrega no local indicado.

Parágrafo Quarto - A contratação somente estará caracterizada após o recebimento da "ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS", devidamente acompanhada da competente Nota de Empenho.

Parágrafo Quinto - As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.



Parágrafo Sexto – Como condição para o fornecimento dos materiais, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.

Parágrafo Sétimo - No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.

Parágrafo Oitavo - A aceitação dos produtos pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), ainda que verificados posteriormente.

Parágrafo Nono - Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Décimo - O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

## **CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Parágrafo Primeiro – A recusa das licitantes vencedoras em assinar a presente Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 21.4 do Edital, sujeitando-a às penalidades previstas no parágrafo segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – Pelo descumprimento total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas nos artigos 7º da Lei Federal nº 10.520/02 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 589 do RGCAF:



(a) Advertência;

(b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato;

(c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso, e, respectivamente, nas hipóteses de descumprimento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA;

(d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

(e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

Parágrafo Terceiro – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, nos casos das alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do parágrafo segundo desta Cláusula, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e no caso da alínea “e” do parágrafo segundo desta Cláusula, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Quarto – As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do parágrafo segundo desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c” do parágrafo segundo desta Cláusula.

Parágrafo Quinto – As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do parágrafo segundo desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a empresa beneficiária de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Sexto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à empresa beneficiária mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sétimo – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à empresa beneficiária antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua



relevação por ato da Administração, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO**

A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem empresas registradas e, por iniciativa da Administração, quando determinado pelo interesse público;

Parágrafo Primeiro – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

I - Por iniciativa da Administração:

a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de fornecimento de materiais no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

c) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar incompatível com aqueles praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

Parágrafo Segundo - O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

### **CLÁUSULA OITAVA – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA**



Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

### **CLÁUSULA NONA – FORO**

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Integram esta Ata, o Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP – GM-RIO Nº 14/2019** e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.





Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
PREGOEIRO

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

\_\_\_\_\_  
AGENTE PÚBLICO COMPETENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA BENEFICIÁRIA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA

(Nome, cargo, matrícula e lotação)



**ANEXO III  
(MODELO)**

**ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS – OFM Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_**  
**REF. ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_**

À

<b>EMPRESA:</b>		
<b>ENDEREÇO:</b>		
<b>CNPJ:</b>	<b>TELEFONE:</b>	<b>TELEFONE:</b>
<b>Nº DO BANCO:</b>	<b>AGÊNCIA:</b>	<b>CONTA CORRENTE:</b>

Solicitamos a Vossa Senhoria fornecer os materiais abaixo discriminados observadas as especificações constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP – GM-RIO, Nº 14/2019** do Termo de Referência seu anexo, da Ata de Registro de Preços acima referenciada e da sua Proposta de Preços, constante do Processo Administrativo nº 01/705.495/2018 de 09/10/2018, após a autorização do Órgão Gerenciador do Sistema.

**1. OBJETO**

O objeto da presente ordem de fornecimento é a aquisição dos seguintes materiais, conforme as especificações constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP – GM-RIO, Nº 14/2019** do Termo de Referência.



ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE REQUISITADA (UNIDADES)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL(R\$)
<b>TOTAL</b>					

## 2. FORNECIMENTO

Os materiais deverão estar à disposição da GM-RIO no prazo máximo de **30(trinta) dias sucessivos**, contados da retirada da Nota de Empenho.

## 3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I. Entregar os materiais de acordo com todas as exigências contidas na Ata de Registro de Preços, no Termo de Referência e na Proposta;
- II. Acondicionar os materiais em embalagem com resistência compatível com o transporte por ela adotado.
- III. Substituir os materiais, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e sem qualquer ônus para Requirante, caso seja constatada a existência de defeitos ou a ocorrência de desconformidades com as especificações contidas no Edital e/ou no Termo de Referência;
- IV. Atender as determinações e exigências formuladas pelo Requirante;
- V. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução deste instrumento;



VI. Observar as demais condições contratuais constantes do Edital, do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP – GM-RIO, N.º 14/2019**, para o perfeito cumprimento deste instrumento.

#### **4. DO PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – O pagamento à empresa beneficiária será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que a GM-RIO esteja obrigada a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto não tenha sido regularmente entregue e aceito.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na GM-RIO.

Parágrafo Terceiro – O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do documento de cobrança na GM-RIO.

Parágrafo Quarto – O pagamento será efetuado à CONTRATADA através de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

#### **5. LOCAL DE ENTREGA:**

Os materiais serão entregues nos locais indicados pela GM-RIO.

#### **6. DISPOSIÇÕES FINAIS**

Integram e complementam a presente Ordem de Fornecimento de Materiais, o Termo de Referência e a Proposta de Preços relativos ao **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP – GM-RIO N.º 14/2019**.



Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
AGENTE PÚBLICO COMPETENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE  
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA  
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA  
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

### **AQUIESCÊNCIA DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

Ratifico que o fornecimento de materiais solicitado pelo requisitante encontra-se em consonância com a expectativa (máxima) de fornecimento informada pelo Órgão Participante.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
AGENTE PÚBLICO COMPETENTE DO ÓRGÃO GERENCIADOR  
(Nome, cargo, matrícula e lotação)



**ANEXO IV**  
**(MODELO)**  
**DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO MUNICIPAL Nº 23.445/03**  
(em papel timbrado da empresa)

**PREGÃO ELETRÔNICO GM-RIO/RP Nº 14/2019**

Ref. Licitação n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
[denominação/razão social da sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, por intermédio do seu(sua) representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de identidade n.º \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666/93, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

RESSALVA: ( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**ANEXO V**

**(MODELO)**

**DECLARAÇÃO REF. AO ARTIGO 9º, III, DA LEI Nº 8.666/93 E ARTIGO 2º,  
PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 19.381/01**

(em papel timbrado da empresa)

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº \_\_\_\_\_.

*[endereço da sociedade empresarial]*

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não possuímos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do quadro técnico que sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação, nos termos do inciso III do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93, e que não participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do parágrafo único do artigo 2º do Decreto Municipal nº 19.381/01.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



Processo N.º 01/705.495/2018	
Data de Autuação: 09/10/2018	
Rubrica:	Fls.:

**ANEXO VI  
(MODELO)  
PROPOSTA DE PREÇOS**

<b>Nome do Órgão:</b> GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO – GM-RIO		<b>Pregão Eletrônico</b> Nº 14/2019	<b>CNPJ:</b>
<b>Razão Social:</b>		<b>E-mail:</b>	
<b>Endereço:</b>		<b>Tel.:</b>	<b>Fax:</b>
<b>Banco: (SOMENTE SANTANDER)</b>	<b>Agência:</b>	<b>Conta Corrente:</b>	
<b>Prazo de Entrega:</b> O prazo de entrega dos materiais é de até <b>30 (trinta) dias sucessivos</b> , tendo início a partir da retirada da Ordem de Fornecimento de Material.		<b>Validade da Proposta:</b> 60 (sessenta) dias.	

**ITENS**

Item	Código de Material	Descrição Detalhada	U/C	Qtd.	Preço Unitário	Preço Total
01			Un		R\$	R\$
<b>Valor unitário: R\$ ( )</b>						
<b>Valor total: R\$ ( )</b>						
<b>Marca:</b>						

Item	Código de Material	Descrição Detalhada	U/C	Qtd.	Preço Unitário	Preço Total
02			Un		R\$	R\$
<b>Valor unitário: R\$ ( )</b>						
<b>Valor total: R\$ ( )</b>						
<b>Marca:</b>						

Item	Código de Material	Descrição Detalhada	U/C	Qtd.	Preço Unitário	Preço Total
------	--------------------	---------------------	-----	------	----------------	-------------





03			Un		R\$	R\$
<b>Valor unitário: R\$ ( )</b>						
<b>Valor total: R\$ ( )</b>						
<b>Marca:</b>						

Item	Código de Material	Descrição Detalhada	U/C	Qtd.	Preço Unitário	Preço Total
04			Un		R\$	R\$
<b>Valor unitário: R\$ ( )</b>						
<b>Valor total: R\$ ( )</b>						
<b>Marca:</b>						

Item	Código de Material	Descrição Detalhada	U/C	Qtd.	Preço Unitário	Preço Total
05			Un		R\$	R\$
<b>Valor unitário: R\$ ( )</b>						
<b>Valor total: R\$ ( )</b>						
<b>Marca:</b>						

Item	Código de Material	Descrição Detalhada	U/C	Qtd.	Preço Unitário	Preço Total
06			Un		R\$	R\$
<b>Valor unitário: R\$ ( )</b>						
<b>Valor total: R\$ ( )</b>						
<b>Marca:</b>						

Item	Código de Material	Descrição Detalhada	U/C	Qtd.	Preço Unitário	Preço Total
07			Un		R\$	R\$
<b>Valor unitário: R\$ ( )</b>						
<b>Valor total do lote: R\$ ( )</b>						



Processo N.º 01/705.495/2018

Data de Autuação: 09/10/2018

Rubrica: Fls.:

Item	Código de Material	Descrição Detalhada	U/C	Qtd.	Preço Unitário	Preço Total
08			Un		R\$	R\$
<b>Valor unitário: R\$ ( )</b>						
<b>Valor total do lote: R\$ ( )</b>						
<b>Marca:</b>						

Item	Código de Material	Descrição Detalhada	U/C	Qtd.	Preço Unitário	Preço Total
09			Un		R\$	R\$
<b>Valor unitário: R\$ ( )</b>						
<b>Valor total do lote: R\$ ( )</b>						
<b>Marca:</b>						

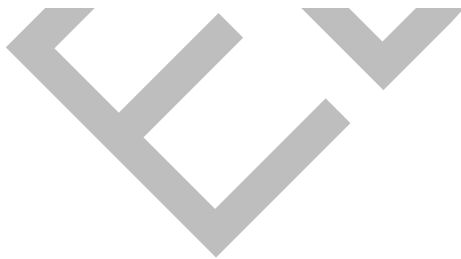
**VALOR TOTAL ESTIMADO DOS ITENS: R\$ ( )**



**ANEXO VII**  
**LOGOMARCA DO FUNDO ESPECIAL DE ORDEM PÚBLICA - FEOP**

**MANUAL LOGO FEOP**

**FEOP**  
**Fundo Especial de Ordem Pública**

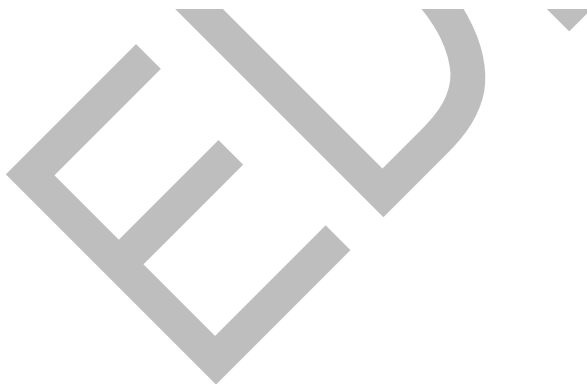
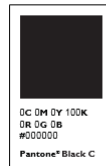
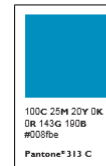




## CORES LOGO FEOP

### As Variações do Logotipo

Para uma perfeita aplicação do logotipo às diversas peças e materiais que se apresentam com formatos e dimensões variados, existem duas opções de aplicação do logotipo: a versão colorida e sólida.





## CORES LOGO FEOP

### Versão negativa

Além das versões em cor, existem também as versões em negativo. Tais versões devem ser utilizadas quando o logotipo for aplicado em peças que demandem a utilização de apenas a cor preta.



## REDUÇÃO LOGO FEOP

### Redução

A menor dimensão do logotipo deve ser de 3 cm de largura e 1,5 cm de altura. Respeitando estes limites, você garantirá visibilidade e leitura.





## MARGEM LOGO FEOP

### Margens de Segurança

Esta área serve de proteção para o logotipo FEOP, garante que outros elementos impeçam a perfeita leitura da marca. Esta margem tem como referência as dimensões de dentro da letra "O" e deve cobrir todo o entorno do logotipo de forma equivalente.

